

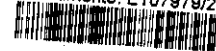


Dr. Dairton Neres dos Anjos
OAB/MG 95.062

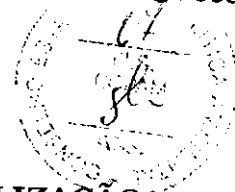
DEFESA DE AUTO DE INFRAÇÃO

Processo: J0242/1990/018/2007

Documento: E107979/2007



Pág.: 000



**EXMO SR. GILBERTO SOARES DA SILVA - GERENTE DE FISCALIZAÇÃO
DA FEAM - MG**

AI nº: 1322/2007 e AI nº 1323/2007

PROCESSO Nº 055/2001/001/2001

PROCESSO Nº 00242/1990/008/1999

**GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 26.344.002/0001-
91, situado na Fazenda União BR 251 km 216, Maristela
no município de Curral de Dentro/ MG, vem perante
vossa Excelência apresentar DEFESA e o faz nos
termos seguintes:**



Dr. Dairton Neres dos Anjos
OAB/MG 95.062



Diante da AUTUAÇÃO DO EMPREENDIMENTO GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, Pertinente aos Autos de Infrações de números 00324/2007, e 00325/2007, pelos fatos e fundamentos abaixo aduzidos, passamos a expor e ao final requeremos.

HISTORICO

De acordo com os autos de infração 324/2007 processo FEAM 055/2001/0001/2001 e o auto 325/2007 processo 00242/1990/008/1999, os fiscais estiveram nas frentes de lavra situadas às coordenadas geográficas; Latitude: 15°51'41,8" – S e Longitude: 41°34'09,8" – W, e Latitude: 15°51'00,4" – S, Longitude: 41°34'15,5" – W, coordenadas essas que refere a poligonal do processo registrado no DNPM sob o nº 830.024/1989.

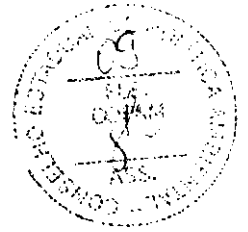
DOS FATOS E JUSTIFICATIVAS

Em 04/04/2001, A EMPRESA recebeu visita do profissional na área de engenharia de minas o Sr. Josálvaro de Castro, técnico fiscal da FEAM, com o objetivo de fiscalizar e avaliar a área para concessão da LOP- Licença de Operação para Pesquisa, onde fora efetuado o auto de fiscalização, cópia em anexo.

No dia 24/05/2001, fora concedido a LOP- Licença de Operação para Pesquisa ao Sr. Luciano Félix D'Assenção, que era o titular do direito minerário no DNPM do processo em questão, conforme certificado em anexo e informações retiradas do SIAM.



Dr. Dairton Neres dos Anjos
OAB/MG 95.062



Já em 08/03/2001, fora solicitada a averbação de Cessão de Direito do Requerimento de Lavra do Sr. Luciano Félix D'Assenção para Granfêlix Mineração Indústria e Comércio Ltda.

Em 17/03/2004 concretizou-se a averbação e publicação no DOU – Diário Oficial da União. Essa referida averbação autorizada de Direito Minerário, passou a partir desta data a nova titular, qual seja, a Granfêlix Mineração Indústria e Comércio Ltda., cópia da publicação e impresso do histórico do DNPM em anexo.

No período de vigência da LOP concedida para o processo 830.024/1989, como mostra no certificado nº 258, com a poligonal de 1000 hectares, foram abertas 03 frentes para pesquisa sendo todas as frentes dentro da poligonal do processo 830.024/1989 autorizada pelo DNPM e licenciada na FEAM.

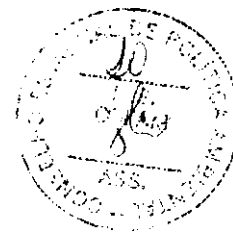
No período das atividades foram constatadas grandes dificuldades para inserir o material no mercado devido a irregularidades na rocha, apresentado um número elevado de defeitos, e com isso, não obtivemos a aceitação do mercado consumidor. Fato esse provado pela grande quantidade de blocos estocados nos pátios da empresa durante um longo período.

A LOP concedida a Empresa venceu em 24/05/2003, não sendo providenciada a revalidação da mesma, pois não tínhamos naquele momento interesse de continuar as atividades nas frentes de trabalhos pelos motivos anteriormente apresentados e ainda não solucionados.

Tendo em vista o pedido de requerimento de lavra protocolizado no DNPM em 08/03/2001, procedimento obrigatório, posterior a aprovação do relatório final de pesquisa; aprovado em 15/07/2002, fora exigido a apresentação da licença de instalação para a outorga da portaria de lavra, conforme ofício do DNPM em anexo.



Dr. Dairton Neres dos Anjos
OAB/MG 95.062



Para atendimento da mencionada exigência fora protocolado o FCE na FEAM que nos emitiu o FOB protocolo nº 05037/2002 datado em 04/09/2002, orientando-nos para uma aquisição de LP- Licença Prévia e conseqüente abertura de um processo técnico de nº 00242/1990 onde nos solicitou o EIA e RIMA, cópia do FOB em anexo.

Contratamos profissionais habilitados e tecnicamente qualificados para a elaboração dos estudos solicitados, entretanto por se tratar de estudos extremamente complexos e de custos consideravelmente elevados, demandou-se muito tempo, expirando o prazo do FOB.

Posteriormente em 14/11/2003 , nos fora concedido outro FOB, de protocolo nº 079445/2003, também para LP classe III com processo 242/1990/013/2002, onde nos fora solicitado um novo documento, que no FOB anterior não havia sido pedido, onde na oportunidade a Autorização para Desmate deveria ser expedida pelo IEF.

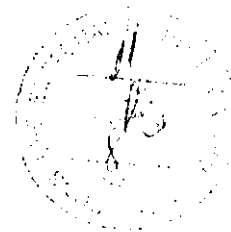
Diante da solicitação procuramos o IEF regional de Teófilo Otoni para obtenção da referida Autorização, onde fora solicitados diversos documentos, dentre eles, o PTRF – Projeto Técnico de Recomposição da Flora. Na oportunidade contratamos um profissional qualificado para a elaboração do mesmo. Diante da documentação exigida retornamos ao IEF para entrega e protocolo da documentação solicitada. Entretanto verificou-se a recusa, sendo exigido na oportunidade a apresentação da Licença Ambiental emitida pela FEAM.

Tal exigência causou-nos estranheza. Daí a indagação: Como apresentar a licença se para protocolarmos o pedido da devida licença na FEAM necessitava da Autorização como mostra no FOB? A resposta foi taxativa, argumentando que estava na lei e que não poderiam fazer nada.

Ficamos inertes diante de tantas dificuldades encontradas para a regularização da nossa empresa juntos aos órgãos ambientais competentes.



Dr. Dairton Neres dos Anjos
OAB/MG 95.062



Exaustivamente depois de muito esforço, o intuito de resolver o problema, um dos diretores da empresa indignado com o emaranhado de divergência entre os órgãos, redigiu um ofício datado em 24/04/2003, cópia em anexo e enviou ao supervisor do IEF relatando a situação e com esperança de uma solução.

Constatou-se a partir daí uma evolução em 17/03/2004, onde conseguimos protocolar o processo no IEF. (cópia do requerimento anexo).

Depois de enfrentar tantos impasses tivemos novamente o prazo do FOB expirado.

Já em 18/10/2004 o DNPM nos emitiu um ofício de nº 2357 publicado no DOU em 15/12/2004 exigindo mais uma vez a apresentação da licença ambiental e nos concedendo um prazo de 60 dias para atendimento da exigência.

Devido às dificuldades encontradas não tínhamos ainda a licença. Solicitamos então a prorrogação do prazo.

Em 16/05/2005 recebemos outro FOB e de acordo com a Deliberação Normativa 74/2004, fomos orientados para uma LP/LI concomitante, onde nesse FOB fora listada a documentação necessária para o pedido de APEF, e informando um novo número de processo técnico 04996/2005.

Como já havíamos protocolado o pedido de APEF e formalizado todo o processo no IEF, formalizamos também o processo na FEAM em 11/11/2005 anexando a cópia do protocolo feito no IEF.



Dr. Dairton Neres dos Anjos
OAB/MG 95.062



DA IMPUGNAÇÃO e PERTINENCIA DO RECURSO

Ante o exposto, discordamos e contestamos os termos dos autos lavrados pelo servidor da FEAM Bruno Antônio Costa Guimarães, pelas impertinência das alegações e em face das divergências apresentadas.

Tal assertiva esta arvorada também no fato de que a FEAM, nos concedeu uma licença e orientou-nos para um novo licenciamento e conseqüentemente as fases seguintes LP/LI, para o processo 830.024/1989, e de acordo com as coordenadas geográficas dos locais fiscalizados e citadas nos autos, tratam – se de pontos do mesmo processo sendo o 830.024/1989, como mostra o mapa retirado do programa de consulta do DNPM SIGMINE em anexo.

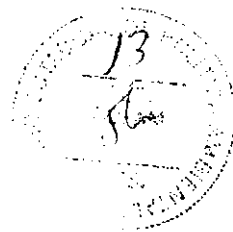
Logo, resta evidente que houve equívocos na aplicação dos autos por parte do fiscal, pois foram lavrados dois autos para um único processo DNPM, sendo que a FEAM licencia por área (poligonal) do DNPM e não por frentes de lavra aberta.

De mais a mais, houve outro equívoco na aplicação do auto de infração para o processo 00242/1990/008/1999, que se refere a outra área, já estando licenciada de posse da Concessão de Lavra do DNPM, uma vez que, para isso é necessário obter a LO e a atual fase é o pedido de revalidação desta licença em análise na FEAM, como mostra o Sistema de Informação Ambiental – SIAM.

Por desconhecimento na área de mineração da parte do fiscal, houve equívoco também na redação até mesmo do auto de fiscalização, com várias contradições no texto, sendo uma delas a citação dos números das frentes de lavra repetindo a mesma numeração para duas frentes distintas, e a oportunidade fora esclarecido para o fiscal



Dr. Dairton Neres dos Anjos
OAB/MG 95.062



que a frente que estava paralisada a 30 dias é a frente 306 de outro processo sendo já licenciada até mesmo com a portaria de lavra.

DO PEDIDO

Diante do exposto, vem perante Vossa Excelência, respeitosamente requerer:

1 – O cancelamento ou arquivamento dos Autos de Infração de nº 00324/2007 e 00325/2007, aplicado indevidamente, uma vez que possuíamos a licença quando se encontravam efetivas as atividades; e atualmente todas as frentes estão paralisadas já a bastante tempo, no tocante ao caso em tela.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Curral de Dentro, 25 de setembro de 2007

GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA